Ata da 9ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguáçu, realizada no dia 25 outubro de 2023, na sala do conselho.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e dois minutos na sala do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguáçu, o presidente do Conselho, Conselheiro Antônio Paz dos Santos abre a reunião informando a pauta. Em seguida coloca a ata da reunião anterior para apreciação e votação, a qual foi aprovada sem ressalvas. A Conselheira Telma comenta sobre a grande diferença de atendimentos apresentados na prestação de contas na reunião anterior e também conversou com a Diretora de Atenção em Saúde Erika, sobre a diferença de quantidade de visitas das ACS, a qual informa que os dados foram passados de forma errônea e que será corrigida na próxima prestação de contas. Foi lido o ofício de número 1.093/2023 da Secretária Municipal de Saúde informando que pelo projeto de lei número 2326/2923, será pago um abono aos servidores estatutários da Enfermagem, entre os meses de outubro a dezembro de 2023. O valor foi transferido pela União, para complementar o piso salarial da classe, não havendo impacto financeiro para o município. Porém, só existe garantia de pagamento até o final do ano, que por isso entrou como abono e não como salário base. Continuando, a Conselheira Telma apresentou o relatório elaborado pela Comissão Especial sobre o Programa Previne Brasil onde constatou-se uma não obediência à Lei número 2247/2022 e o Decreto número 8334/2022, o que ocasionou erros na condução da avaliação. Observou-se que não constavam os nomes dos avaliadores, que não houve feedback aos colaboradores com relação aos seus resultados individuais, que o ISF (índice sintético final) foi arredondado para um número inteiro o que ocasionou um impacto de valores pagos acima do proposto em lei, inclusive pagando a bonificação para índices que não chegaram ao mínimo de nota que seria 06 (seis) e pagando bonificação total de 100% para índices que deveriam ser de 95%, por exemplo. Que houve pagamento para agentes de Endemias e ACS cujas produtividades de visitas domiciliares ficou entre 51 e 59% quando a Lei exige 60%. Tais erros causaram impactos como recebimentos indevidos quanto a valores e colaboradores que não deveriam ter recebido. Verificou-se também que o CNES estavam desatualizados, que houve uma variação das metas mensais das ACS, não se sabendo o motivo. Que em relação à avaliação individual de cada servidor, alguns não sofreram as penalidades que deveriam ser aplicadas, em casos em que existe resistência em executar seu próprio trabalho; que existem nos cartões ponto registros de atrasos, não registros para almoço, registros de tempos inferiores exigidos por lei, as vezes de forma manual, até mesmo falta de registro total de ponto. Assim, a Comissão fez as recomendações quanto a organização dos relatórios, que todos eles deverão ser enviados para o Conselho de Saúde assim que concluídos; que haja feedback juntos aos colaboradores, que não haja arredondamento de notas e sugere que o parecer para pagamento deverá ser responsabilidade do Conselho de Saúde, esperando livrar assim os avaliadores de possíveis pressões internas. Com relação ao pagamento a menor ou a maior deverá ser descontado ou acrescentado na próxima gratificação. Enviar para processo disciplinar os servidores que não atingiram a nota mínima, após a terceira avaliação. Convocar para a reunião do Conselho Municipal de Saúde o prefeito, a Secretária de Saúde, os membros da Comissão de Avaliação, 1 (um) representante da Câmara Municipal e o servidores qualificados a receber a gratificação para que

compreendam que esse Conselho acompanhará a avaliação e tomará providências quando identificar problemas e acionará até o Ministério Público, para que a lei seja aplicada. Ficou definido pelo pleno do Conselho, que será elaborado um ofício com questionamentos à Secretária de Saúde, sobre os problemas identificados, para ser respondido até a próxima reunião. Em seguida, a servidora Liliane responsável pelos agendamentos de consultas e exames, informa que está à frente da Secretaria de Saúde no agendamento há quatro meses, que está estruturando as equipes, e se coloca à disposição de todos que precisarem. Informou ainda que não há encaminhamentos perdidos. Quanto ao CAPS, UBS de Pulinópolis e a UBS do IBC serão enviadas os encaminhamentos médicos para que os responsáveis entreguem aos pacientes, para que estes não precisem se deslocar até a Secretaria. A conselheira Lucy Amorim dos Reis pergunta sobre o encaminhamento não encontrado de uma pessoa em específico e Liliane disse que tentará localizar. O presidente do conselho, Antônio Paz dos Santos, sugeriu que a mesma Comissão que avaliou o Programa Previne Brasil seja mantida para avaliar o Relatório de Produção das Agentes Comunitárias de Saúde(ACS), para Investigar denúncias de não cumprimento dos serviços da ACS, cujos membros são: Telma Terezinha Lopes Costa. Eliane Marluz Cazeloto, Angélica Aparecida Valeza, Jhone Everson Aparecido Lavenes. A Conselheira Angélica questiona sobre o credenciamento de psicólogos e é informada que provavelmente não será feito mais este ano, por causa do contingenciamento, isto é, fechou-se o credenciamento para este ano. A Conselheira Edna Pinelli informa que o município ainda possui dois médicos auditores e questiona se há demanda para ambos. O presidente do Conselho senhor Antônio Paz dos Santos informa que fará parte do Comitê de Atividades de Vacinação de Alta Qualidade, para incentivar o atingimento de metas de vacinação, como titular. O suplente será o Conselheiro Alexandre Magno de Jesus. Compareceram à reunião dezessete Conselheiros e uma participante da comunidade. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às vinte horas e oito minutos. Para constar, eu, Eliane Marluz Cazeloto, lavrei esta ata que vai assinada por mim e os demais Conselheiros no livro de assinaturas. Mandaguaçu, 25 de Outubro de 2023.